







PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO URBANO E TURISMO CULTURAL: OS ENCONTROS DE GOVERNADORES DE BRASÍLIA E SALVADOR

CULTURAL HERITAGE, URBAN PLANNING AND CULTURAL TOURISM: THE MEETINGS OF GOVERNORS OF BRASÍLIA AND SALVADOR

  **Aline Bacelar**
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
galdino.aline@gmail.com

  **Juliana Pereira**
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
melo.arquiteta@gmail.com

  **Virgínia Pontual**
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
virginiapontual@gmail.com

1

Resumo

O presente artigo trata da articulação entre os campos da conservação, planejamento urbano e a noção de turismo cultural por meio da análise dos Encontros de Governadores ocorridos em Brasília e Salvador, no início da década de 1970. A investigação histórica permitiu contextualizar a circulação de ideias no âmbito nacional e internacional que culminaram na elaboração de dois documentos reconhecidos pela historiografia: o Compromisso de Brasília e o de Salvador. Por meio do cruzamento de fontes primárias, como atas, relatos, revistas, discursos, entre outros, foi possível perceber que tais documentos não deram conta da complexidade das questões discutidas nos eventos. A contextualização institucional e intelectual permitiu perceber os eventos como desdobramentos do amplo debate internacional e do esforço em configurar maior articulação dos agentes nacionais. Neste sentido, apresenta-se uma contribuição para compreensão do campo da conservação no Brasil no momento em que se atrela ao planejamento urbano, com vistas à exploração turística e econômica do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Turismo Cultural. Planejamento Urbano. Conservação. Patrimônio Cultural.

Abstract

This article deals with the articulation between the conservation's field, the urban planning and the notion of cultural tourism, through the analysis of Governor's Meetings that took place in Brasília and Salvador, in the early 1970s. Historical research has allowed contextualizing the ideas circulation at the national and international levels, and to understanding the elaboration of two documents recognized by historiography: the Compromisso de Brasília and the Compromisso de Salvador. Through the crossing of primary documents, such as minutes, reports, magazines, speeches, among others, it was possible to realize that such documents did not account for the complexity of the issues discussed in the events. The institutional and intellectual context allowed perceiving the events as consequences of the broad international debate and the effort to configure greater articulation of the national agents. In this sense, a contribution to understanding the conservation's field in Brazil was presented when it is linked to urban planning; it aims the tourist and economic exploration of cultural heritage.

Keywords: Cultural Tourism. Urban Planning. Conservation. Cultural Heritage.

Introdução

O levantamento e estudo da documentação no patrimônio vai além da compreensão dos objetos e bens culturais, pois permitem entender como ideias, discursos, políticas se configuraram em nosso país. O presente artigo busca compreender como se configurou a articulação entre patrimônio, turismo cultural e planejamento urbano, por meio da análise dos Encontros de Governadores ocorridos em Brasília (1970) e em Salvador (1971).

Os estudos empreendidos por Ramalho (2015) e Corrêa (2012) acerca dos Encontros de Governadores são convergentes ao destacar o Encontro de Salvador, em detrimento do de Brasília, como importante momento de disseminação das ideias acerca do turismo cultural no Brasil. Para Ramalho (2015), os Encontros promoveram a articulação entre as instituições de conservação e de planejamento, estas últimas detentoras de recursos financeiros, como meio de viabilizar a conservação do patrimônio. Do ponto de vista das políticas públicas, Corrêa afirma a importância dos Encontros de Governadores para a formação de um Sistema Nacional de Cultura, no qual o patrimônio cultural figuraria em destaque. No sentido de elucidar como essas ideias em debate nos Encontros de Governadores foram apropriadas e adaptadas ao contexto local, Bacelar (2019) lança um olhar sobre o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Olinda e como este consubstanciou as ideias em circulação.

Mas qual a noção de turismo cultural foi propalada nesses Encontros? Trata-se de simples apropriação das ideias em circulação no contexto pan-americano, especialmente procedentes da Reunião de Quito? Como estava prevista neles a articulação entre turismo cultural, planejamento urbano e conservação? Estes questionamentos guiaram os primeiros passos da presente investigação.

Para elaboração deste artigo foram utilizadas principalmente fontes primárias. Os registros destes eventos constam nas Séries 'Assuntos Internacionais', 'Arquivo Técnico Administrativo' e 'Personalidades' do Arquivo Noronha Santos/IPHAN e no acervo da Superintendência do IPHAN em Salvador. No vasto acervo documental

levantado, constam principalmente: transcrição de discursos, atas, material de divulgação, recortes de jornal, ofícios e cartas, que dão conta da riqueza das discussões empreendidas nos dois eventos. Para tanto, a leitura das fontes primárias apoiadas pelas fontes secundárias, que permitiu elucidar o contexto em que estas foram produzidas. Não se pode deixar de citar também a relevância da entrevista realizada com o arquiteto Paulo Ormino, figura de destaque no Encontro de Salvador.

Após o levantamento, esses documentos foram confrontados para a verificação da consistência e identificação de chaves temáticas específicas, que foram oportunamente exploradas na investigação. Por fim, a análise crítica e interpretação do arcabouço documental à luz do referencial teórico possibilitaram a identificação de discursos, enunciados, permanências e rupturas descortinadas na trama histórica aqui apresentada.

A contextualização institucional e intelectual permitiu perceber os eventos como desdobramentos do amplo debate internacional e do esforço em configurar maior articulação dos agentes nacionais. Neste sentido, apresenta-se uma contribuição para compreensão do campo da conservação no Brasil, sobretudo, acerca do momento em que se atrela ao planejamento urbano, com vistas à exploração turística e econômica do patrimônio cultural.

Novas perspectivas sobre o patrimônio cultural: a década de 1960

Antes de adentrar na discussão dos Encontros de Governadores, é necessário compreender minimamente o contexto histórico e institucional do qual decorrem. A começar pelo campo da conservação, que em meados da década de 1960, foi marcado pela ampliação da noção de patrimônio, que passou a abarcar conjuntos urbanos e até cidades históricas inteiras. O marco teórico e documental desta inflexão foi a Carta de Veneza (1964), que, de acordo com Choay (2006) encerrou a fase de consagração dos monumentos históricos.

Este documento, elaborado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS), buscou estabelecer princípios em comum para a restauração e conservação num plano internacional. Por monumento histórico, esta carta define como “a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” (CARTA DE VENEZA, 1964, art.1º). Embora o quadro teórico da Carta de Veneza, permaneça sendo aquele estabelecido durante o século XIX, este documento teve grande repercussão internacional e, no Brasil, suas ressonâncias provocaram uma revisão das práticas institucionais que desenvolvidas no campo da conservação até os anos 1970.

5

Outra grande mudança de perspectiva sobre os bens culturais, nesse momento, foi a possibilidade de exploração. O patrimônio passava a ser, não só objeto de representação da memória, mas também de potencial econômico, explorado através do turismo cultural. A fim de se inserir no contexto das políticas de conservação internacionais e prover da assistência necessária para salvaguardar e valorizar os conjuntos locais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional buscou manter relações estreitas com a Organização das Nações-Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O turismo cultural foi a estratégia adotada para fomentar essa dinamização econômica, difundida entre organismos internacionais, como a UNESCO e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse sentido, os Encontros, as Cartas Patrimoniais e as Missões da UNESCO exerceram papel fundamental para a disseminação dessas ideias. A partir de 1960, foi requisitada a visita de profissionais desta instituição ao Brasil, com a finalidade de prestar consultorias, lecionar em cursos e realizar planos de conservação. O Encontros de Governadores, foram marcos dessa mudança de paradigma no cenário nacional.

O turismo cultural, segundo Pereira (2012a), só foi registrado em textos oficiais quando passou a ser contemplado pela UNESCO, em 1966. Embora o uso da expressão ‘turismo cultural’ tenha levado mais tempo para se naturalizar, a utilização

dos bens culturais como atrativos turísticos capazes de gerar recursos econômicos e a conservação do patrimônio cultural dos países passou a incorporar os discursos das instituições internacionais de salvaguarda desde 1965. A partir dos estudos acerca do turismo cultural sob a égide da UNESCO, tais como os empreendidos por Pereira (2012a), Leal (2008) e Cousin (2002), é notável uma lacuna quanto às iniciativas em torno dessa estratégia no contexto americano.

Com objetivo de suprimir tal lacuna, tomou-se como principal referência as Normas de Quito, documento resultante da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, realizada em Quito, em 1967. Esta reunião é considerada pela historiografia a primeira iniciativa da OEA sob o viés da cooperação cultural com vistas à conservação do patrimônio cultural.

Ao analisar o desenvolvimento deste evento, Bacelar (2019) afirma que foi decorrente do processo de conformação das ideias em curso desde o Simpósio Pan-americano de Preservação e Restauração de Monumentos Históricos, realizado em 1965 na cidade de St. Augustine na Flórida. Esse Simpósio representou um primeiro passo na disseminação das ideias de turismo cultural a partir da articulação entre planejamento e conservação durante a década de 1960 e que foram amadurecidas na Reunião de Quito.

Assim, foi possível identificar permanências e rupturas nas ideias e práticas em torno da articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural nos Encontros de Governadores de Brasília e Salvador que permitiram compreender como as ideias foram recepcionadas, reinterpretadas e adaptadas no Brasil.

Esse período foi também marcado por intensa institucionalização de políticas voltadas para atividades como o planejamento urbano, o turismo e a cultura no país. Ao longo dos encontros é notável além da participação de governadores, secretários e ministros, o desejo por articulação entre diferentes esferas e além da presença e referências ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), com foco nas possíveis articulações entre esses órgãos e seus campos de atuação.

O IPHAN permanecia como a principal instituição de salvaguarda do patrimônio cultural no país, no entanto, encontrava-se num período de transição, revisão e abertura. A sucessão de Rodrigo Mello Franco de Andrade por Renato Soeiro na direção da instituição é equivocadamente considerada pela historiografia como um limbo entre a “fase heroica” e a “fase moderna”, quando Aloísio Magalhaes assumiu (GONÇALVES, 1998; FONSECA, 2000). No entanto, ao longo deste artigo é possível ver que sua marcante presença nos encontros, revelam que Soeiro consolidou uma ponte entre as instituições e os debates internacional e nacional, o que garantiu um alinhamento das práticas das instituições brasileiras com o debate em voga nas instituições estrangeiras, como a UNESCO e a OEA.

Na busca de compreender as bases conceituais que nortearam esse artigo, concebemos o planejamento como “uma função de governo, como uma técnica de administração” e como “instrumento governamental produtor de ideias que preveem um futuro idealizado” (FELDMAN, 2005, p. 2; 2011, p. 7; PONTUAL, 2019, p. 195). Na década de 1960, destacamos a experiência do Serfhau como primeiro órgão federal com a atribuição de elaborar e coordenar a política nacional de planejamento local integrado. O Serfhau exerceu papel importante no ciclo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil, além de viabilizar a contratação, pelos governos municipais, de empresas de consultoria para elaboração de planos (FELDMAN, 2005).

O I Encontro de Governadores em Brasília: o turismo como possibilidade

Em meio às dificuldades de gestão do patrimônio nacional por parte do órgão federal, o IPHAN passou a buscar parcerias com os governos estadual e municipal, articulando-se, com a política de descentralização do Governo Federal naquele momento. Aliar-se com universidades e com a sociedade civil, também representou uma possibilidade para ampliar os agentes da política de preservação do patrimonial. Nesse contexto, o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, convocou os governadores a “um brado de alerta, no Brasil inteiro, para a defesa do nosso

patrimônio”(PASSARINHO, 1970, n. 34). Organizando, por meio do Conselho Federal de Cultura (CFC)¹ e do IPHAN, o I Encontro dos Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil.

A primeira edição desse encontro aconteceu entre os dias 1 a 3 de abril de 1970, em Brasília. Foi coordenado pelo presidente do Conselho, Arthur César Ferreira Reis, e presidente da Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do CFC, Pedro Calmon. Segundo relato da Revista Cultura, publicação do próprio Conselho Federal, que apresenta “um retrato do que foi o primeiro Encontro de um Ministro da Educação e Cultura com os Governadores dos Estados para defesa do patrimônio histórico e artístico do Brasil”.(ENCONTRO, 1970, p. 6)

A solenidade de abertura contou com a presença de personalidades como: o vice-presidente da República, Almirante Augusto Grunewald; o presidente do Tribunal de Contas da União, Iberê Gilson; o diretor do IPHAN, Renato Soeiro; arcebispo de Brasília, Dom José Newton. Além dos governadores, representantes dos governos dos estados e outras autoridades e nomes representativos da cultura brasileira. A evidente conotação política que assumiu a abertura do evento denota uma preocupação mais ampla que só aquela relacionada ao patrimônio. É possível inferir que antes de um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, os encontros almejam configurar um Sistema Nacional de Cultura, no qual o patrimônio cultural teria certo protagonismo.

Além do relato da Revista Cultura, o encontro também gerou um documento final, o Compromisso de Brasília (1970). A leitura deste revela que o encontro foi um avanço para articulação entre as esferas dos poderes executivos dos governos federal e estaduais. Nesse sentido, embora o resultado do encontro – o Compromisso de Brasília – tenha o objetivo de propiciar o conhecimento das esferas estaduais sobre a importância e a situação da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, as questões discutidas no evento mostraram-se mais complexas.

1 O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi criado em 1966 pelo Decreto-Lei nº 74.

Figura 1 - Sessão inaugural durante o discurso do ministro Jarbas Passarinho.



Fonte: Revista Cultura, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970.

9

Na Figura 1, está registrado o momento do discurso de abertura, proferido pelo ministro Jarbas Passarinho (1970, p.13), que esteve presente e atuante durante todo o evento, conclui com o chamamento para o desafio “Brasil, passado restaurado”. Em seguida, o discurso de Renato Soeiro (1970, p.15), recorda a recomendação da Reunião de Quito para adoção da Carta de Veneza como “norma mundial em matéria de preservação de sítios e monumentos históricos e artísticos”. A assimilação deste documento às práticas da conservação no país, ainda era um processo em andamento, como mostra Pereira (2012b). Sobre a relação entre preservação e desenvolvimento, Soeiro afirmou que:

(...) iniciativas visando o desenvolvimento dos centros urbanos [...], seu **aproveitamento turístico e cultural**, [...] são perfeitamente conciliáveis com a proteção e a revalorização [...] dos monumentos e demais bens de valor histórico e artístico localizados nessas áreas, desde que respeitada a legislação específica vigente e **judiciosamente projetados os respectivos planos diretores**. Conciliáveis e desejáveis, pois de consequências propícias à economia do país, que certamente se beneficiará de uma política inteligente

de exploração de suas riquezas [...] culturais e turísticas. (SOEIRO, 1970, p.17, grifo nosso)

Nesse fragmento há convergências claras às recomendações da Reunião de Quito, como a referência ao aproveitamento turístico e cultural não conflitante com os valores propriamente culturais. De igual modo, é notável a atenção à valorização econômica dos monumentos e sítios, algo conciliável e desejável, ao desenvolvimento econômico dos países, desde que tais áreas possuíssem seus respectivos planos diretores.

Sobre as possibilidades de aproveitamento de monumentos restaurados, Soeiro recomendou a utilização para fins culturais e turísticos, como forma de garantir “uma destinação atuante na sociedade contemporânea”. Esse entendimento também apresenta convergências com o debate levantado em Quito, onde o “aproveitamento dos monumentos” e até sua utilização para fins de apoio ao desenvolvimento do turismo “no plano econômico” foi largamente recomendado. (SOEIRO, 1970, p.17-18)

Os anais do Encontro revelam que o turismo foi um tema transversal nos debates, não figurando de forma central nos discursos proferidos e trabalhos enviados. Por outro lado, nota-se a urgência conferida à criação de órgãos estaduais de patrimônio, à captação de recursos e à capacitação técnica. Ainda assim, é possível destacar a contribuição de Lúcia Falkenberg, presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de São Paulo (Condephaat). Ela enfatizou o papel do planejamento no desenvolvimento do turismo tendo em vista a “nova dinâmica brasileira, objetivando o turismo em grande escala” e “os problemas quantitativos e qualificativos impostos pelo turismo das massas”. (FALKENBERG, 1970, p. 38)

Falkenberg (1970, p.38) chamou atenção para necessidade de “normalizar e inserir o mesmo patrimônio num sistema que permitisse, ao mesmo tempo preservar e utilizar esse patrimônio”. Para ela, a partir do momento que o monumento se tornava um atrativo, sua conservação passava a ser um “instrumento indispensável no planejamento e desenvolvimento desse mesmo turismo”. (FALKENBERG, 1970, p.38)

Portanto, já estava admitido e incorporado nos discursos de então, a importância da articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural. Flakenberg (1970, p.39) expressou sua preocupação com desgaste político de um turismo sem planejamento e declarou a insustentabilidade de um turismo sem conservação do patrimônio, pois “cultura é sem turismo, mas turismo nunca será sem cultura”.

Outra contribuição que deve ser sublinhada nesse encontro é a de Heráclito Mourão Miranda, Secretário de Educação e Cultura de Minas Gerais, que em sua conferência sugeriu duas indicações no sentido de fomentar o turismo cultural. A primeira seria ampliar o universo deste no contexto nacional, não se limitando somente aos monumentos, mas incluída as manifestações do folclore brasileiro, que a seu ver era um “pertinaz espelho da cultura popular (...) para intensificação do interesse pelo turismo”(MIRANDA, 1970, p.74). Isso se daria mediante a criação do Serviço Nacional de Folclore, integrado ao Ministério da Educação e Cultura e com ramificações estaduais.

11

Já a segunda, era direcionada a questão logística, geração de renda e de capacitação profissional. Miranda sugeriu que fossem criadas escolas de hotelarias e de turismo em cidades históricas, considerando o interesse do desenvolvimento da “indústria do turismo”. Sendo o primeiro estado a ter uma cidade histórica reconhecida como monumento nacional, Minas já era um roteiro turístico patrimonial desde os anos 1930, portanto, não é de se espantar que seu secretário já manifestasse tal perspectiva. Em seu discurso, declarou-se confiante que o I Encontro de Governadores intensificaria “o interesse oficial pelo turismo”. (MIRANDA, 1970,p. 74)

É interessante notar, o alinhamento entre as ideias do secretário Mourão e professor da Universidade de Brasília, José Carlos Coutinho(1970, p.82), que propôs em sua comunicação uma maior interlocução entre o planejamento e a preservação do patrimônio, como possibilidade de dinamização econômica das cidades:

Promoção e execução de planos urbanísticos para recuperação e revalorização da paisagem urbana significativa, bem como para criar facilidades de acesso e permanência, em cidades que, pelo desaparecimento

de suas bases econômicas originárias, se encontram estagnadas ou decadentes, promovendo condições de sobrevivência e prosperidade através da exploração planejada de sua própria riqueza histórica e artística. Além da preservação do patrimônio cultural e do reerguimento econômico, os planos visariam o restabelecimento das condições físicas adequadas à vida da população, pela correta incorporação de instalações e equipamentos modernos. (COUTINHO, 1970, p.82)

O discurso de Coutinho mostra que o incentivo ao turismo cultural em cidades históricas consideradas “estagnadas” economicamente, era visto, em alguns casos, como única alternativa viável para a conservação do patrimônio.

Por fim, entre os “Trabalhos Apresentados” neste primeiro encontro, cabe destacar o ofício de Pedro Calmon, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), enviado ao Ministro Jarbas Passarinho. Neste documento, Calmon denunciou diversos “fatos” contra a integridade dos bens culturais em várias cidades do Brasil. Diante das inúmeras ocorrências de danos e perdas ao patrimônio, ele propôs seis medidas para sua conservação, sendo a última:

6 - Incentivar os órgãos de turismo já criados ou que venham a criar-se, a realizar, em cooperação com os órgãos técnicos municipais e assessoramento da DPHAN, planos diretores para as cidades total ou parcialmente tombadas, concebidos de modo que se incluam na periferia de tais cidades, zonas de urbanização moderna para as quais se oriente o crescimento da cidade, [...] a fim de que o núcleo tradicional possa permanecer intocado, de vez que de sua autenticidade é que decorre o afluxo turístico. (CALMON, 1970,p. 219-220)

A fala de Calmon, mostra certa expectativa que o planejamento urbano tivesse capacidade “conciliatória” entre a conservação do patrimônio e o desenvolvimento do turismo cultural. Apesar de não mencionar os órgãos ligados ao planejamento, o envolvimento dos órgãos de turismo e de conservação, através do IPHAN, no planejamento das “cidades total ou parcialmente tombadas”, já aparece entre os documentos apresentados no I Encontro de Governadores, embora não tenha sido incluído no documento final, o que só aconteceu no Encontro seguinte.

Os relatos dos debates e comunicações apresentados acima mostram que a noção de turismo cultural já estava bastante presente nos debates desenvolvidos ao longo do I Encontro de Governadores, embora não haja menções explícitas no Compromisso de Brasília. Considerando que já haviam sido divulgadas as Normas de Quito e o Relatório das missões de Michel Parent ao Brasil, seria de se estranhar que um debate tão relevante no âmbito internacional não tivesse sido sequer mencionado num evento nacional. Portanto, esta pesquisa documental permitiu compreender a elaboração deste documento no seu contexto, revelando que aconteceu sim, todo um debate sintonizado com os desafios mais atuais, porém não contemplado na redação do documento final.

O II Encontro de Governadores de Salvador: o planejamento como ferramenta

O II Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil foi realizado em Salvador, de 25 a 29 de outubro de 1971. Boa parte dos registros desse evento consta nos Anais do Encontro², cuja apresentação escrita por Renato Soeiro, explicita que o local de realização foi determinado pelo Ministro Jarbas Passarinho.

A opção por Salvador, está relacionada ao destaque dado à capital pelo consultor da UNESCO, Michel Parent, durante a missão realizada no Brasil.³ Desta resultou o relatório “Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro no Âmbito do Desenvolvimento Turístico e Econômico”⁴, no qual ela é definida como “a primeira

2 Os Anais do Encontro, publicados pelo IPHAN poucos anos depois, fornecem subsídios importantes sobre os debates que antecederam a redação final do Compromisso de Salvador (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Assuntos Culturais. Anais do II Encontro de Governadores. Rio de Janeiro, 1973).

3 Michel Parent foi inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França por mais de vinte anos, veio ao Brasil como especialista pela UNESCO. Foi também membro do Comitê que elaborou o texto da Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, e tornou-se, em 1980, por um breve período, presidente do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. Entre 1981 e 1987, Parent foi presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Cf: PEREIRA, 2012a.

4 O Relatório foi elaborado após duas missões ao Brasil, de novembro de 1966 a janeiro de 1967, e de abril a junho de 1967, a publicação data de 1968 (PEREIRA, 2012a).

cidade de arte do Brasil” (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 88). Esse destaque também foi determinante para o protagonismo que a cidade assumiu no cenário nacional e internacional, favorecendo a destinação de mais atenção e recursos públicos, das três esferas de governo, para a salvaguarda do seu patrimônio, além da cooperação técnica e financeira da OEA.

Num sentido de continuidade, o II Encontro de Governadores também convocado por Jarbas Passarinho ratificando o acordado no Compromisso de Brasília, por uma ação supletiva envolvendo as diferentes esferas de governo em cooperação com as universidades. Na sessão de abertura, realizada no Museu de Arte Sacra, Renato Soeiro apresentou o relatório dos desafios do IPHAN e uma extensa lista de suas atribuições realizadas com “orçamento restrito” e “corpo técnico igualmente diminuto” (MINISTÉRIO, 1973, p. 47). Ele destacou a criação do Departamento de Arquitetura e Construção (DAC), e explicou que “três meses depois do I Encontro de Brasília e simultaneamente, a nova condição do Patrimônio, que passou desde então a ser um órgão autônomo – o IPHAN –, com maior flexibilidade administrativa e financeira” (MINISTÉRIO, 1973, p.47). Ao apresentar tais feitos, Soeiro reforça a importância da iniciativa do encontro e, principalmente, das ações realizadas em sua decorrência.

Figura 2 - Sessão de abertura do II Encontro de Governadores.



Fonte: Revista Cultura, 1971, ano 1, n. 4, Brasília: MEC.

Estiveram presentes no II Encontro representantes de 24 estados e do Distrito Federal, além de representantes das universidades, especialmente da Faculdade de

Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Os temas de debate foram distribuídos em quatro seções plenárias: I) Análise das consequências do Encontro de Brasília; II) A proteção dos acervos naturais e os de valor cultural; III) O acervo de valor cultural e os monumentos naturais em face da indústria do turismo; IV) Pesquisa, estudo, análise e divulgação dos bens de valor cultural. Todas as sessões aconteceram na Biblioteca Central do Estado.

A primeira sessão plenária tratou dos resultados do Encontro de Brasília a partir dos relatos dos estados sobre as providências tomadas para o cumprimento do compromisso. No entanto, é possível afirmar que a maior contribuição do I Encontro foi ter fomentado o debate na esfera política com relação à criação de estruturas, legislação e projetos específicos para a área de patrimônio cultural.

A segunda sessão foi composta de duas partes: a) Planos Diretores Urbanos e Regionais; Participação dos Estados e Municípios; e Incentivos Fiscais; e b) Criação de Museus, Arquivos e Bibliotecas Regionais; Controle do comércio de objetos de arte; e combate ao roubo e à exportação ilegal. A “Parte A” foi introduzida pela exposição do arquiteto, Maurício Nogueira Batista, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)⁵, do Ministério do Planejamento, que defendeu a utilização de uma “nova sistemática do planejamento urbano.

Para Maurício Batista, essa inovação sistemática estava em desenvolvimento pelo Serfhau e significava um avanço do planejamento urbano. Ao seu ver, era latente a necessidade de planejar as ações a serem efetivadas integradamente no território, abordando-as de forma compreensiva, estudando detalhadamente os aspectos sociais, econômicos e institucionais para a “apreensão global da realidade municipal”. Ao contrário dos planos regionais, marcados pela ênfase ao desenvolvimento econômico, ele enfatizou os benefícios do sistema de planejamento do desenvolvimento local integrado que priorizava “aspectos espaciais, territoriais ou urbanos” (MEC, 1973, p. 141). Para melhor compreensão desse modo de planejar, Batista recomenda o

5 A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento, foi criada em 24 de julho de 1967 (FINEP. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/historico>. Acesso em: 1 de jul. 2019).

método desenvolvido pela Serfhau como “uma apreciável contribuição à experiência brasileira de planejamento urbano.”(MEC, 1973, p. 138)

Entre os instrumentos promotores da conservação do patrimônio cultural e ao planejamento urbano elencados por Maurício Batista, destacam-se os planos diretores, considerados por ele “potentes instrumentos de defesa do patrimônio histórico e artístico”. De igual, modo seria fundamental a criação de “criteriosa legislação municipal de zoneamento do uso do solo e de edificações”, em complementação à legislação federal de salvaguarda; além de atenção especial ao traçado viário e à reorganização do tráfego planejado de forma compatível com a preservação dos bens patrimoniais. (MEC, 1973, p. 138-139)

Para Batista, a responsabilidade de compatibilizar o planejamento urbano e a defesa dos patrimônios cultural e natural seria do município, visto que compete à autoridade local “a atribuição de regular o uso do solo, de determinar a intensidade de sua ocupação, de estabelecer as condições de circulação e estacionamento de veículos, bem como dispor sobre a localização dos serviços e equipamentos urbanos.”(MEC, 1973, p. 140). Apesar do protagonismo da municipalidade, ele ainda recomendou “maior conjugação de esforços entre o IPHAN e os órgãos que atuam na promoção do planejamento urbano e municipal, notadamente o Serfhau e a Finep, no plano federal, bem como os órgãos estaduais de planejamento”.(MEC, 1973, p. 141)

A seguir, o arquiteto Paulo Ormino, representando a Faculdade de Arquitetura da UFBA, apresentou o trabalho “Contribuição à criação de uma legislação específica para setores monumentais ou paisagísticos”, cuja inspiração atribui à legislação francesa, à italiana, às Normas de Quito e às recomendações da UNESCO, entre outras.

Ormino afirmou serem necessárias três abordagens para a restauração e renovação urbana – administrativa, jurídica e financeira – e propôs para isso um anteprojeto de lei que dispunha sobre a criação dos “Setores Monumentais ou Paisagísticos”, o instrumento do “Plano Permanente de Preservação e Valorização (PPPV)” e “estabelece condições especiais de financiamento para as obras necessárias

a sua preservação e valorização”. Sua proposição era alinhada com a “consciência de que a restauração e valorização de quarteirões e cidades antigas se inscrevem nas operações de planejamento urbano”, convergente com propostas da Lei Malraux⁶, na França.

Quanto aos instrumentos administrativos, Ormino sugeriu, por meio do PPPV, “um sistema de planejamento contínuo que visa avaliar e corrigir os efeitos das medidas propostas sobre o plano estético, social e financeiro” (referencia). Do ponto de vista jurídico, sugeriu ampliar a colaboração entre o setor público e o privado, representado pelos proprietários dos imóveis. No âmbito financeiro, fundamentou-se na “mais-valia que resultará da execução dos trabalhos”, a qual “se somará as melhorias e os investimentos do Poder Público em obras de restauração e valorização do Setor”, manifestando-se no aumento do valor venal e dos aluguéis dos mesmos imóveis”, o que permitiria o “reembolso dos financiamentos concedidos a privados, em condições especiais de juros e prazo.” Ao seu ver, o Poder Público usufruiria “a longo prazo dos investimentos privados, pois a valorização sofrida pelos imóveis se refletirá sobre as taxas e impostos.”(MEC, 1973, p. 144)

Para Ormino, o PPPV seria elaborado em conjunto pelo IPHAN, Serfhau e outros órgãos competentes federais, estaduais e municipais. Porém deveria ser precedido pela elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). Caso o município ainda não tivesse tal instrumento, deveria ser assessorado pelo IPHAN. Cabe ressaltar que sua proposição era referendada às Normas de Quito, por isso, previu também instrumentos de controle da ocupação e uso do solo como o zoneamento, que delimitava os “Setores Monumentais ou Paisagísticos”.

É possível perceber na exposição de Paulo Ormino de Azevedo a emergência de um novo agente na conservação do patrimônio cujos interesses devem ser observados: o setor privado. Nesse sentido, torna-se evidente mais uma referência das Normas de Quito, quanto à cooperação dos interesses privados nos planos e

6 Lei nº 62-903 de 4 de agosto de 1962, do Ministère des Affaires Culturelles da França, e regulamentada pelo Décret 63-691, em 13 de Julho de 1963.

projetos de valorização do patrimônio, o estímulo à iniciativa privada mediante regime de isenção fiscal e outros encargos fiscais, tomados aqui como instrumentos de planejamento.

Na sequência da segunda sessão plenária, Augusto da Silva Telles, arquiteto do IPHAN, apresentou a exposição “Proteção do patrimônio natural e de valor cultural frente ao desenvolvimento urbano e às obras públicas e privadas”. Seu objetivo foi propor prioridade aos planos integrados regionais ou municipais, sobretudo nas cidades reconhecidas (ou onde houvessem monumentos reconhecidos) como monumento nacional. Para Telles, a integração desses planos integrados aos de turismo regional ou nacional, como medida de “proteção dos bens de interesse cultural frente à realização de obras públicas e particulares.”(MEC, 1973, p. 167)

Apartir das três exposições citadas fica evidente o enfoque dado ao planejamento, com a inclusão dos aspectos sociais, econômicos e institucionais, para a realização de intervenções no meio urbano. Portanto, os projetos de valorização de cidades ou conjuntos urbanos históricos também deveriam estar integrados ao planejamento de todo o município ou região. Nesse sentido, a atuação do Serfhau na elaboração de planos diretores contribuiu para efetivar esse discurso.

Na sequência do evento, foi apresentada pela arquiteta Ana Maria Brasileiro, da Secretaria de Turismo da Bahia, a comunicação “O acervo de valor cultural e os monumentos naturais, face à indústria do turismo”(MEC, 1973, p.262-264). Dada as dificuldades econômicas para conservar e restaurar o acervo patrimonial brasileiro, a expositora sugeriu soluções autofinanciáveis, ou seja, os investimentos na conservação do patrimônio poderiam ser quitados e ainda gerar vantagens econômicas mediante seu aproveitamento turístico. Durante sua exposição, ela fez uso da expressão “patrimônio turístico” ao referir-se ao “acervo cultural, paisagístico, artesanal e folclórico” e considera sua dupla função como indutor tanto da economia nacional, como da conservação referênciada. (MEC, 1973, p.262-264)

Considerando que o acervo de valor cultural seria “um dos fundamentos para o desenvolvimento de uma política nacional de turismo” (MEC, 1973, p.264),

ela recomendou como critérios para definição: I) determinar um número limitado de conjuntos, segundo prioridades e urgência, para evitar a dispersão de recursos; II) conciliar o turismo à necessidade de conservação sem prejudicar os valores culturais do acervo; III) aproveitar o monumento em seu contexto, prever o uso em função da localização e inserido num programa turístico regional; IV) fomentar a utilização dos monumentos não apenas como atrativos, mas como estruturas para operacionalizar a atividade turística, “partindo-se de que o monumento, quando ocupado, permite melhor conservação”.(MEC, 1973, p.264)

Brasileiro levantou a ambiguidade existente entre conservação e turismo, ao tratar dos efeitos negativos e “contraditórios” que as “pressões econômicas” geravam sobre o patrimônio cultural naquele momento. Isso demonstra que ela estava atenta à necessidade de planejamento e regulação sobre essa atividade econômica:

(...) o turismo, como parte do desenvolvimento econômico global aparece como um dos provocadores de desajuste que se verifica em relação aos valores naturais, com concessões feitas para instalação de equipamentos em locais convenientes apenas para o investidor, representando uma ameaça a preservação do próprio potencial turístico paisagístico recreativo-cultural. (MEC, 1973, p.265)

Ao relatar os diversos efeitos do desenvolvimento sem controle e os prejuízos provocados por iniciativas governamentais sem articulação nem planejamento, Brasileiro alertou para o perigo de “criar uma área artificial dentro da cidade” transformando o turismo em mais um tipo de “poluição” urbana (MEC, 1973, p.269). Ao seu ver, a desarticulação dava margem à geração de problemas urbanos irreversíveis, por isso, foi mais uma profissional que reforçou a necessidade de planos subsidiados em estudos socioeconômicos complexos.

Brasileiro sugeriu como alternativa ao cenário negativo a definição de normas legais a partir de três abordagens iniciais: I) normas para ocupação e uso do solo; II) normas de controle ambiental e III) normas de conservação paralelamente às de utilização dos monumentos em face do turismo, ou visando sua inclusão no equipamento

ativo da cidade e região (MEC, 1973, p.265-266). Por fim, ressaltou que a preparação dessas áreas para o turismo deveria ter em vista “a participação e recreação do habitante da cidade e não com ênfase na implantação do turismo, que aparece neste caso apenas como um meio de viabilizar o trabalho de preservação.”(MEC, 1973, p.269)

Dando prosseguimento ao evento, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Wladimir Alves de Souza⁷, realizou sua apresentação com o tema “O turismo cultural”. Assim como Brasileiro, ele se mostrou bastante atento ao “perigo de esvaziar os centros turísticos históricos do seu conteúdo humano local” e alertou para “abertura de novos empregos, sem que se proceda a uma substituição brutal e intempestiva dos moradores”(MEC, 1973, p.281). Embora, a noção de “gentrificação” não tivesse sido propriamente assimilada entre os debates no nosso país, não se pode deixar de notar uma preocupação nesse sentido.

20

Souza não se limitou a apresentar o problema, pois sintetizou suas ideias em dez proposições, das quais destacam-se: I) elaboração de um plano nacional conjunto entre Embratur e IPHAN, revisado anualmente, prevendo um roteiro de turismo cultural, calendário de festas e eventos; II) integração com as universidades, criação de centros de pesquisa locais e promoção de cursos de especialização em restauro nas faculdades de arquitetura; III) gestões articuladas aos organismo internacionais (UNESCO, OEA e outras), para facilitar o auxílio técnico e financiamentos. Souza concluiu seu relatório com a convicção de que o turismo era “ao mesmo tempo que um fator de entendimento entre os homens e propagação da cultura, uma extraordinária fonte de riqueza”. (MEC, 1973, p.281)

Na sequência, o representante da Finep, Pedro Motta de Barros, proferiu proposição intitulada “A contribuição da Finep ao desenvolvimento do turismo”.

7 Wladimir Alves de Souza era arquiteto, restaurador, decorador e professor. A convite do governador da Bahia, Luiz Vianna Filho, atuou na revitalização do Pelourinho, em Salvador, onde também atuou como presidente da Comissão Executiva do Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho. Foi também Diretor para Assuntos Econômicos da Embratur. Acompanhou Michel Parent no Pelourinho em sua segunda visita a Salvador, em 1967 (BRASIL ARTES ENCICLOPÉDIAS. Disponível em: <http://www.brasilartesciclopedias.com.br/nacional/souza_wladimir_alves.htm>. Acesso em: 3 de jul. 2019).

Nela apresentou sua “proposta objetiva e prática”, cujo objetivo era “contribuir para transformar o turismo numa indústria rentável e num meio eficaz de difundir a cultura junto ao povo”, “não a subcultura comercial”, mas baseada “nos valores autênticos da nacionalidade e que almeja capacitar as grandes massas do povo ao usufruto dos tesouros da cultura universal.” Nesse sentido, ele propôs a celebração de um convênio de cooperação técnica e financeira com Embratur e o IPHAN.

Entre as apresentações citadas, é notável o entusiasmo com o desenvolvimento de planos locais, integrados à política nacional de preservação da paisagem e dos monumentos, que por sua vez, deveria ser integrada à política de desenvolvimento turístico. Apesar disso, naquele momento o governo federal contava com uma estrutura institucional pouco desenvolvida nesse sentido: Conselho Natural de Turismo, a Embratur e uma Política Nacional de Turismo, ainda incipiente.⁸

Embora, naquele momento, a noção de “turismo cultural” fosse predominantemente posto como uma atividade benéfica e para a conservação do patrimônio, exposições como a de Ana Brasileiro e de Wladimir de Souza demonstram outro viés e foram bastante realistas ao citar os impactos da promoção do turismo sobre o patrimônio. Ao comparar a complexidade dessa discussão aquela levantada anteriormente na Reunião de Quito, onde não foram levantados aspectos negativos do “turismo cultural” é notável que os Encontros de Governadores promoveram o amadurecimento das ideias difundidas pelas instituições internacionais, sobretudo, a fim de adapta-las às distintas realidades do território nacional.

A partir das discussões expostas nos Anais do II Encontro de Governadores, verifica-se um grande movimento de preparação, sensibilização e entrosamento das instituições envolvidas de alguma forma com o planejamento, execução e financiamento das atividades ligadas ao turismo, conservação e planejamento, representadas no evento não só pelos representantes dos governos estaduais, mas na instância federal pelo IPHAN, Embratur, Serfhau, Finep, entre outros.

8 Criados através do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966 e regulamentados pelo Decreto nº 60.224, de 16 de fevereiro de 1967.

Os debates ocorridos no II Encontro de Governadores foram consolidados numa série de recomendações organizados sob o documento final – Compromisso de Salvador. No entanto, os anais do evento demonstram que a discussão sobre os temas envolvidos foi muito mais diversa e profunda o que consta no documento. Assim como o ocorrido em Brasília, o resultado consubstanciado no Compromisso, é bastante sucinto e não abarca a complexidade dos debates. Entre as recomendações dispostas no Compromisso de Salvador, cabe destacar que “os planos diretores e urbanos, [...] que afetem áreas de interesse referentes aos bens naturais e aos de valor cultural especialmente protegidos por lei, contem com a orientação do IPHAN” e que estes “sejam considerados prioritários, para obtenção de financiamento”.

É perceptível, portanto, a grande preocupação em viabilizar financeiramente a conservação e valorização dos bens tombados, por meio das recomendações de “criação de fundos provenientes de dotações orçamentárias, doações, rendimentos de loteria, descontos de impostos e taxas, ou outros incentivos fiscais”, a utilização das percentagens do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e da convocação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e demais órgãos financiadores de habitação para colaborarem no custeio de obras em edifícios tombados.

Outro ponto que merece ser destacado é que a articulação ultrapassa o ambiente administrativo para o acadêmico e de pesquisa, pois no Compromisso de Salvador, há um forte sentido de convocação dos órgãos envolvidos de alguma forma com o “planejamento do turismo”, em especial a Embratur, e aqueles ligados a pesquisa, como a Finep, o então Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq)⁹ e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). De tal modo poderia ser conciliada a elaboração ou financiamento de “planos que visem a preservação e valorização dos monumentos naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei” e “projetos de pesquisas e de formação de pessoal especializado”.(MEC, 1973, p.377)

9 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) chamava-se, até 1974, Conselho Nacional de Pesquisas, cuja sigla se manteve

Considerações finais

De acordo com Le Goff, “Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado” (1990, p.110). Os documentos não são matéria acabada, devem ser analisados quanto a sua autenticidade e credibilidade, além de se buscar entender sempre no contexto em que foram produzidos. A análise dos Encontros de Governadores evidenciou a circulação de ideias, a efervescências dos debates, as filiações intelectuais e institucionais que desmontam dois documentos consagrados pela historiografia da conservação: o Compromisso de Brasília e Compromisso de Salvador.

Ao “desmontar” tais documentos, é possível desconstruir algumas impressões e constatações cristalizadas. A primeira delas é que a administração de Renato Soeiro tenha sido um intervalo entre duas fases marcantes da atuação do IPHAN, pois sua participação foi fundamental para a descentralização e capitalização das ações de salvaguarda num país cuja dimensão territorial e diversidade cultural se impõem como maior desafio. Sem contar, com o relevante papel de articulação com organizações inserindo o Brasil no contexto internacional vigente.

O levantamento histórico documental permitiu contextualizar a circulação de ideias no âmbito nacional e internacional que culminaram na elaboração de dois documentos reconhecidos: o Compromisso de Brasília e o de Salvador. Por meio do cruzamento compromisso-evento foi possível perceber que tais documentos não deram conta da complexidade das questões discutidas nos eventos.

Outro mito que merece ser aqui derrubado é o de que o Brasil só passou a assimilar a noção de turismo cultural a partir de 1971, com certo atraso. Pois, como foi revelado, o I Encontro de Governadores, já havia levantado um intenso debate nesse sentido, que deixou de ser retratado no Compromisso de Brasília. Nossos profissionais se mostraram extremamente atualizados e em sintonia com ideias difundidas nas Cartas Patrimoniais, normas e encontros internacionais.

Especialmente o II Encontro de Governadores foi um ambiente propício de

ressonância das noções e abordagens em voga sobre o turismo cultural e a importância da inclusão do patrimônio no planejamento das cidades e sítios históricos. Ideias concebidas nos anos 1960 que se tornaram práticas concretas dos sujeitos e das instituições nacionais na década seguinte, por meio dos diversos planos elaborados naquele período. Logo, nos Encontros de Governadores, foi possível perceber a articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural.

Além disso, foi possível apreender outras permanências, tais como a utilização do patrimônio como atrativo e equipamento turístico, a integração da conservação no planejamento via turismo cultural, a coordenação das respectivas instituições em planos e projetos dessa natureza, a importância do estabelecimento de normativas que dessem conta da tutela não só do monumento, mas do seu entorno e a adoção do plano como principal ferramenta do planejamento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. **Entrevista concedida pelo arquiteto a Aline Bacelar**. Salvador, 18 jul. 2018.

BACELAR, Aline G. **Planejamento, conservação e turismo cultural: noções e práticas do PDLI de Olinda**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, MDU, UFPE, Recife, 2019.

CALMON, Pedro. **Ofício a Jarbas Passarinho** *Revista Cultura*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970, p. 38-39.

CARTA DE VENEZA. **Veneza: 1964**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>> acesso em 15 mar. 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora Estação Liberdade/ UNESP, 2006.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. In SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico nacional: uma trajetória**. Brasília: Mec/Sphan/PróMemória, 1980.

COMPROMISSO DE Salvador. In SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico nacional: uma trajetória**. Brasília: Mec/Sphan/PróMemória, 1980.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UNB, Brasília, 2012.

COUSIN, S. **L'identité au miroir du tourisme: Usages et enjeux des politiques de tourisme culturel**. Ecole des hautes études en sciences sociales: thèse de doctorat en anthropologie sociale et ethnologie, 2002. Disponível em: <http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/26/65/47/PDF/SaskiaCousinThese.pdf>.

COUTINHO, José Carlos. *Revista Cultura*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970, p. 38-39.

CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FELDMAN, Sarah. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhou) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960**. São Paulo: Annablume, 2019. p. 99-128.

FELDMAN, Sarah. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau): avanços, limites e ambiguidades (1964-1975). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPARQ, 1., 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: Prourb, 2010.

FELDMAN, Sarah. O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/ órgãos de planejamento/ empresa de engenharia consultiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., 2005. **Anais...** Salvador: Anpur, 2005.

ENCONTRO sobre defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Revista Cultura, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970, p. 6.

FALKENBERG, Lúcia. Revista Cultura, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970, p. 38-39.

FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2000.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA (FPAC). **Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia: 10 anos de fundação.** Salvador: SEC/FPAC, 1979.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA (FPAC). **Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador,** Estado da Bahia, Brasil. Salvador, 1968.

GONÇALVES, José R.S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

LEAL, C. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, v.24, n.1, p. 99-136, jan.- abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0104>>.

LEAL, C. **As missões da UNESCO no Brasil:** Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan/ Copedoc, 2008.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Departamento de Assuntos Culturais. **Anais do II Encontro de Governadores.** Rio de Janeiro, 1973.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Conselho Federal de Cultura. **Revista Cultura,** Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970, n. 34.

MIRANDA, Heráclito Mourão. **Revista Cultura**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970, p. 74-75.

PASSARINHO, Jarbas. **Revista Cultura**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), MDU-UFPE, Recife, 2012a.

PEREIRA, Juliana Melo. **Admiráveis insensatos: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), MDU-UFPE, Recife, 2012b.

Ramalho, Arthur Dias Soares. **Planejamento e preservação: a Fundação João Pinheiro e o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), IAU-USP, São Carlos, 2015.

PONTUAL, Virgínia. Planejamento e política na cidade do Recife: sofreu essa relação ruptura com o Golpe Civil-Militar de 1964? In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.).

Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960. São Paulo: Annablume, 2019. p. 193-223.

SOEIRO, Renato. **Revista Cultura**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970, p.15.

Agradecimentos

Ao arquiteto Paulo Ormino pela entrevista concedida à autora Aline Bacelar. Salvador, 18 jul. 2018.

Financiamento

Bolsa de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade/Instituto/Escola. Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

RECEBIDO EM: 01/09/2020

APROVADO EM: 02/10/2020

PUBLICADO EM: 02/11/2020